

PROFICIÊNCIA LEITORA NOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA: PRÁTICAS DOCENTES E O DIREITO DE APRENDIZAGEM EM FOCO

Andréia Teixeira (UFMG) ¹

Suzana dos Santos Gomes (UFMG) ²

Resumo

O presente artigo possui o objetivo de analisar dados do resultado do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) 2012 e 2013 de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio de duas escolas públicas da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Para realizar o estudo, optou-se pela utilização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas, questionários e observação participante. A fundamentação teórica advém das contribuições de autores que discutem avaliação educacional e políticas públicas. Trata-se de um estudo que estimula as pesquisas no campo da avaliação a partir do contexto atual de ensino, em consonância com os resultados das avaliações externas, tais como a do PROEB. Os resultados evidenciam a necessidade de investimentos em projetos, ações e políticas públicas de leitura voltadas para o Ensino Médio, com vistas à melhoria desse nível de ensino.

Palavras-chave: Ensino Médio; Avaliação Educacional, Políticas Públicas, Proficiência em Leitura.

1 Introdução

O debate educacional brasileiro tem suscitado na contemporaneidade várias discussões acerca das políticas públicas de avaliação implementadas no país nos últimos anos. Por se tratar de uma temática que apresenta suma relevância nos estudos educacionais, em âmbito nacional, pesquisadores das maiores Instituições de Ensino Superior (IES) têm se reunido para levantar questões acerca das políticas de avaliação educacional. Trata-se de políticas que se caracterizam por abranger “diferentes níveis” e modalidades de ensino-aprendizagem com vistas à melhoria na qualidade da educação.

A fim de discutir tal temática, bem como colaborar com a melhoria da qualidade da educação, este artigo propõe-se a apresentar o resultado de uma pesquisa realizada em duas escolas públicas da Rede Estadual de Minas Gerais, no ano de 2015. O objetivo do estudo é analisar os resultados do PROEB 2012 e 2013 de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio. Para alcançar o objetivo proposto, optou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados envolveu entrevistas, questionários e observação participante. A fundamentação teórica advém das contribuições de autores que discutem avaliação educacional e políticas públicas, tais como Castro (2009), Jeffrey (2011), Gatti (2013), Gomes (2014), Bonamino (2015), Saul (2015), Teixeira e Gomes (2015), entre outros.

Os sujeitos participantes da pesquisa são 2 especialistas, 7 professores de Língua Portuguesa e 70 alunos de duas turmas do 3º ano do Ensino Médio. O lugar escolhido para realizar a investigação, por excelência, é o espaço da sala de aula. Neste local foi possível conhecer os protagonistas do estudo, bem como traçar o perfil de cada um deles através dos dados coletados. A fim de alcançar o objetivo do presente estudo, serão apresentados nos tópicos que seguem os Referenciais Teóricos, o Histórico do Sistema de Avaliação de Minas Gerais, as Discussões e Resultados e, por fim, as Considerações Finais.

2 Desenvolvimento

Na contemporaneidade as políticas educacionais são vistas como um campo do saber que apresenta várias dimensões, e, dentre elas, algumas dizem respeito, principalmente, ao ensino e aprendizagem, à avaliação de programas, bem como às políticas públicas de avaliação (SAUL, 2015). Alguns desses campos, especificamente, as políticas públicas e as avaliações, proporcionaram nos anos de 1990 a reforma educacional brasileira que colaborou, sobretudo, para fomentar uma política de avaliação nacional, com vistas à valorização dos resultados no campo da educação.

De acordo com Gomes (2015, p. 349), “até meados da década de 1990, não havia medidas de avaliação da aprendizagem que produzissem evidências sólidas sobre a qualidade de sistemas de ensino no país”. E, em virtude disso, comumente falava-se acerca “da velha escola pública do passado como exemplo de qualidade”. Constatava-se que havia problemas educacionais que afetavam diretamente o Ensino Básico e, principalmente, o Ensino Fundamental. E, em meio a essa situação, a escola adotava uma postura excludente, de modo que poucos alunos eram eleitos e tinham acesso ao ensino-aprendizagem. (GOMES, 2015). Portanto, adotou-se, em razão disso, a reforma educacional com uma política de avaliação, que se propunha a promover, acima de tudo, a qualidade e eficiência atribuída ao ensino.

Em conformidade com tal situação, Jeffrey afirma que com essa reforma educacional havia o objetivo,

de promover a indução de políticas voltadas, especificamente, ao ensino fundamental e à qualidade de ensino, que problemas como a reprovação escolar e a correção do fluxo precisavam ser enfrentados e solucionados, a fim de garantir a equidade e eficiência do sistema educacional brasileiro. (JEFFREY, 2011, p. 63).

Nesse mesmo sentido, Castro (2009), afirma que a década de 1990 no Brasil foi marcada pelo avanço da política de Avaliação educacional, uma vez que se verificou nesse mesmo período a implementação de várias iniciativas que colaboraram para implantação do atual sistema avaliativo brasileiro que possibilita aferir “em todos os níveis e modalidades de ensino”. (CASTRO, 2009, p.5).

A partir desse contexto, verificou-se a implantação das três maiores avaliações nacionais³, inclusive, a do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Para Bonamino (2015) esta foi uma das principais iniciativas criadas pelo governo federal, com vistas ao desenvolvimento da política educacional brasileira nos anos de 1990. E, devido a sua relevância, esta avaliação será focalizada e discutida nos próximos tópicos com os seus avanços e mudanças. Por fim, apresentar-se-á a avaliação do sistema de Minas Gerais.

2.1 Panorama Histórico do SAEB

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi instituído no ano de 1990 e, se caracteriza, principalmente, por ser uma avaliação de primeira geração (BONAMINO, 2013), cuja finalidade é de proporcionar um diagnóstico da educação básica brasileira, com vistas à produção de informações que subsidiem a formulação, bem como o monitoramento das políticas públicas educacionais em todas as esferas: municipal, estadual e federal visando, principalmente, contribuir para a melhoria da qualidade e eficiência do processo que envolve o ensino-aprendizagem.

Para tanto, essa avaliação, a partir de 1993,

tinha por base uma amostra nacional, de alunos abrangendo séries do Ensino Fundamental e Médio. [...] A intenção inicial era promover informações para tomada de decisões quanto a diversos aspectos das políticas educacionais, bem como para pesquisas e discussões a partir da geração e organização de informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos no sistema e fatores a ele associados. (GATTI, 2013, p. 56).

A partir desse contexto, criaram-se documentos relevantes nessa mesma década, com vistas ao ensino básico, tratando, sobretudo, da demanda, eficiência e qualidade do ensino-aprendizagem. Por esses documentos, era possível verificar os resultados dos alunos, e a intenção que realmente estava associada e esse tipo de avaliação, considerada como diagnóstica (GATTI, 2013).

Em 2005 houve a necessidade de efetuar algumas mudanças no sistema e, a partir de então, o SAEB passou por uma reestruturação, na qual se constituiu por duas avaliações distintas: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação

Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida atualmente como “Prova Brasil”. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a ANEB permanece atualmente com mesmos os objetivos, bem como as características iniciais do SAEB.

No que concerne à Prova Brasil, é fundamental ressaltar que ela possui como objetivo principal avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas. (BRASIL, 2013). Ela é uma avaliação de desempenho amostral que expandiu o sistema educacional brasileiro. Também é considerada um exame censitário, e se caracteriza por ser uma avaliação de segunda geração pelo fato de subsidiar o que se denomina de política de responsabilização, ou seja, “com atribuição de consequências para professores, diretores e demais profissionais da escola” (BONAMINO, 2013, p. 44). A sua aplicação é realizada a cada dois anos aos alunos matriculados no Ensino Fundamental (5º e 9º anos) nas instituições públicas e privadas do país. A aplicação dessa prova iniciou-se a partir do momento que se reconheceu as limitações do SAEB. Logo,

A adoção da Prova Brasil foi justificada em razão das limitações no plano amostral do SAEB para retratar as especificidades dos municípios e escolas e apoiar com evidências a formulação de políticas visando à melhoria do ensino. (BONAMINO, 2013, p. 50)

Além dessa finalidade, a Prova Brasil, também, possui o objetivo de “auxiliar os responsáveis pela política educacional nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros no desenvolvimento de metas e de ações pedagógicas e administrativas para a melhoria” (BONAMINO, 2013, p. 50) da aprendizagem, bem como a qualidade do ensino.

Na visão de Gatti (2013), a integração da Prova Brasil ao SAEB, proporcionou um avanço na criação de um indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). É com ele que desde 2007, “que se compõe o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações nacionais”. A partir de então, constata-se que “tanto o indicador, quanto as avaliações, se tornaram o carro-chefe das ações políticas em educação” (GATTI, 2013, p. 58).

Na perspectiva de fomentar políticas de avaliação e ações, a fim de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos na educação básica, alguns governos estaduais, por iniciativa própria criaram os seus sistemas avaliativos. E, nesse sentido, têm-se os exemplos de São Paulo e Minas Gerais, ao criarem os seus sistemas de avaliação. Para Jeffrey (2011, p. 64) nessa ação há “o objetivo de proporcionar um controle direto sobre as redes de ensino tendo em vista a indução das políticas educacionais e a promoção da qualidade da educação”. Logo, a partir desse contexto, é possível compreender o real motivo da implementação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) no Estado de Minas Gerais.

3 O Sistema Mineiro de Avaliação: o Caso de Minas Gerais

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública foi implantado pelo Governo de Minas Gerais em fevereiro de 2000, e tem por responsabilidade promover a avaliação da educação pública, com o propósito de “desenvolver programas de avaliação integrados, cujos resultados apresentem informações importantes para o planejamento de ações em todos os níveis do sistema de ensino” (MINAS GERAIS, 2008, p.8). E, em razão disso, o Sistema atualmente é considerado um instrumento relevante tanto para o estado de Minas Gerais, quanto para o Brasil. Além disso, ele, também, é visto como um pioneiro Sistema avaliativo que foi desenvolvido, a fim de avaliar a Rede Estadual de Educação Básica, visando fomentar à criação de políticas públicas educacionais. (MINAS GERAIS, 2014).

Com o decorrer dos anos, surgiram algumas transformações no Sistema mineiro, embora estas tenham ocorrido com a finalidade de preservar as suas principais especificidades e características. Dentre essas mudanças, um dos seus destaques é para o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Este programa foi instituído pelo governo de Minas Gerais no ano de 2000 e sua instituição se consolidou no Estado, a partir da necessidade de ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de avaliação. O seu objetivo principal é aferir as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática (MINAS GERAIS, 2008) dos estudantes que estão concluindo o 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, bem como os formandos do 3º ano do Ensino Médio. Na visão de Teixeira e Gomes (2015),

Os testes oficiais, como o PROEB, têm como foco a leitura e como objeto de estudo o texto, apresentando o objetivo de verificar se os alunos são capazes de apreendê-lo como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. Para complementar a concepção de leitor autônomo, as orientações para o professor, presentes na Revista Pedagógica de Língua Portuguesa do PROEB destacam que o sujeito competente é capaz de compreender textos orais e escritos, posicionando-se criticamente diante do que lê e ouve, ou seja, de ler produzindo sentidos. (TEIXEIRA; GOMES, 2015, p. 374)

Neste mesmo contexto, a Secretaria de Estado de educação de Minas Gerais SEE/MG), afirma que “realizar uma avaliação externa em larga escala pressupõe, de início, definir o que se pretende avaliar. Esse conteúdo está registrado nas chamadas Matrizes de Referência” (MINAS GERAIS, 2014, p. 17). Elas possuem os descritores que contém a finalidade de descrevem as habilidades que serão aferidas na avaliação do PROEB. E, portanto, esse exame tem “por objetivo verificar se os alunos desenvolveram as habilidades consideradas essenciais, para que consigam avançar em seu processo educacional”; logo, “a Matriz de Referência, base para os testes dessas avaliações, relaciona tais habilidades”. (MINAS GERAIS, 2014, p. 17).

Nesse sentido, o PROEB orienta aos docentes sobre a relevância de observarem a Matriz de Referência, pois, segundo a SEE-MG, este documento não pode ser considerado mais importante que a Matriz Curricular, e, nem poderá substituí-la. É necessário que a comunidade escolar conheça os resultados, para assim, efetuar uma reavaliação do Currículo, observando, principalmente, quais conteúdos precisam passar por alguma alteração/mudança, ou serem até mesmo modificados completamente, com vistas ao cumprimento do ato de aferir, bem como o modo que será norteado o trabalho docente, a fim de promover melhorias no ensino. (MINAS GERAIS, 2014).

Quanto à formulação das avaliações, salienta-se que elas são constituídas por 39 questões de múltipla escolha, contendo os mais variados gêneros discursivos que circulam no cotidiano. Conforme o relatório Minas Gerais (2008), essas avaliações são elaboradas aplicando-se os critérios do que se denominam Blocos Incompletos Balanceados (BIB). Assim, com esses critérios são, “gerados 26 modelos diferentes de cadernos de teste, sendo cada um composto por três blocos de itens, um deles comum com outro caderno. Essa configuração não deixa o teste cansativo, já que cada aluno responde a 39 itens apenas” (MINAS GERAIS, 2008, p. 26) que contém os mais variados descritores, com diversos gêneros discursivos.

Desse modo, é possível perceber, por meio das estratégias inseridas na avaliação, a competência leitora avaliada, a fim de verificar posteriormente os níveis de aprendizagem discente, categorizando-os em um dos três: baixo (desempenho varia de zero até 250 pontos), intermediário (varia de 250 até 300 pontos) ou recomendado (varia de 250 até 300 pontos). Para compreender melhor os resultados das avaliações do PROEB, será apresentado no tópico que segue um estudo realizado em 2015 em 2 escolas públicas da Rede Estadual de Minas Gerais.

3. 1 Pesquisa de Campo: Análises e Resultados

A fim de investigar os resultados do PROEB de Língua Portuguesa, no atual contexto de ensino, realizou-se uma pesquisa, durante o primeiro semestre de 2015, em 2 turmas do 3º ano do Ensino Médio de 2 escolas públicas da Rede Estadual de Minas Gerais, localizada em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Após efetuar a leitura crítica de documentos oficiais, entrevistas, questionários e observações, os dados foram processados e analisados de tal modo que a pesquisa possibilitou dividi-los em categorias analíticas: dados socioeconômicos, letramentos e avaliação. Assim, evidenciou-se através das análises da primeira categoria, dados socioeconômicos, que (45,7%) são alunos da Escola Estadual Mário de Andrade⁴ e (54,3%) pertencem à Escola Estadual José de Alencar. Os dados revelaram que a faixa etária dos participantes varia de tal forma que: (55,7%) possuem 17 anos; (34,3%) têm 18 anos e (10%) possuem 19 anos de idade. No que diz respeito à renda familiar, verificou-se através das análises que a renda de (72,9%) dos alunos varia de 1 e 3 salários; (22,9%) a variação é de 2 a 6 salários; (2,9%) é de 7 a 9 salários e, por fim, (1,4%) a variação é de 10 salários. Ao investigar sobre a residência familiar, evidenciou-se que (5,7%) vivem em apartamento próprio, (1,4%) afirmam residir em apartamento alugado, (2,9%) vivem em casa alugada, (88,6%) possuem casa própria e (1,4%) residem em casa pertencente à família dos pais.

Quanto à matrícula ou frequência em cursos de aprendizagem, profissional ou outros, no mesmo período do ano letivo, constatou-se com a pesquisa que (52,8%) dos respondentes não se encontram matriculados em nenhum dos referidos cursos. No entanto, (18,6%) declararam serem alunos da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (ULTRAMIG), (15,7%) são alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e (12,9%) informaram frequentar outros cursos como: Bombeiro Civil; Curso de Língua (inglês e/ou espanhol); Autocad; Curso Preparatório para a Polícia Militar De Minas Gerais (Soldado) Mega Concursos, entre outros do Instituto Modal e Núcleo de Formação Profissional de Minas Gerais (Nuclemig).

No que concerne à segunda categoria, às práticas de leitura, revelou-se através do questionário que (75,7%) gostam de ler, enquanto (24,3%) afirmaram não demonstrarem o gosto pela leitura. Nesse mesmo tópico investigou-se a opinião dos alunos sobre os textos trabalhados durante as aulas de leituras e, (1,4%) disseram que a leitura é sem importância; (4,3%) consideram a leitura pouco importante; (40%) afirmam que a leitura é importante e, (54,3%) declararam que a leitura é muito importante para eles. Nesse mesmo contexto, perguntou-se sobre os gêneros discursivos mais trabalhados pelas professoras durante as aulas de leitura, e a pesquisa revelou que (72,9%) dos textos são artigo, carta, e-mail, dissertação e anúncio; (87,1%) são entrevistas, charge, conto, poema e instruções; (72,9%) são tirinha, retrato, novela, crônica e romance. Além disso, evidenciou-se na análise dos dados que os alunos afirmam ler com frequência: jornal (68,6%), livro (64,3%), revista (38,6%), folheto religioso (14,3%) e outros (7,1%), tais como a bíblia, apostilas, *sites* e histórias em quadrinhos. Nesse mesmo tópico investigou-se sobre o tipo de leitura que mais interessa aos alunos, e constatou-se que: (12,9%) preferem literatura clássica; (38,6%) optam por revistas e gibis; (45,7%) gostam de ficção e policial; (42,9%) leem romance; (42,9%) preferem suspense; (30%) optam pelo livro didático, religioso ou de autoajuda. No que concerne ao período dedicado para estudar em casa, evidenciou-se que (87,1%) dedicam de 1 a 2 horas; (2,9%) dispõem de 3 a 4 horas; (8,6%) estudam de 5 a 6 horas e (1,4%) dispõem de 7 a 8 horas.

No que diz respeito aos instrumentos de avaliação utilizados pelas professoras durante o processo de ensino-aprendizagem da língua, constatou-se através das respostas dos participantes que: (97,1%) utilizam prova escrita; (21,4%) usam prova oral; (12,9%) optam por simulado; (44,3%) usam seminário; (57,1%) optam por trabalho individual e (82,9%) trabalho em grupo. Nessa mesma perspectiva, investigou-se sobre os tipos de questões presentes nas avaliações escolares e, evidenciou-se que: (5,7%) afirmam que são abertas; (25,7%) declaram que são fechadas e (68,6%) afirmam que são provas mistas com questões abertas e fechadas. Além disso, investigou-se se são disponibilizadas informações sobre a importância das avaliações do ENEM, SAEB/ Prova Brasil, PAAE e PROEB. Pelas respostas verificou-se que: (64,3%) disseram que sim, e que as informações são amplas; (32,9%) confirmaram que sim, e que as informações são parcialmente divulgadas; (1,4%) disseram que não, mas gostariam de saber sobre o assunto e (1,4%) relataram que não, e não têm interesse pelo assunto. Ao perguntar se os alunos se sentem preparados para fazerem as avaliações do ENEM e do PROEB, evidenciou-se que (50%) acreditam que sim; (4,3%) se sentem muito preparados; (41,4%) se sentem pouco preparados; (4,3%) afirmam que não se sentem preparados.

Durante a entrevista obteve-se mais dados importantes acerca das avaliações externas. Para tanto, nesse mesmo tópico temático perguntou-se aos alunos se eles possuíam conhecimento sobre a avaliação do PROEB, bem como dos itens que aferem as

habilidades de leitura. Ficou evidente em todas as entrevistas que os respondentes têm contato com as questões do ENEM, e que, além disso, elas são trabalhadas em sala durante as aulas de Língua Portuguesa. Por outro lado, evidenciou-se o pouco conhecimento e contato dos estudantes com as questões do PROEB. Exemplo disso pôde-se verificar ao investigar as informações que os alunos possuíam sobre as avaliações do PROEB. Uma das alunas afirma que “[...], as informações são parciais, são parcialmente divulgadas. E, quando se pergunta sobre o PROEB ela diz: “Não, eu não sei o que é o Proeb... Eu... não sei o que é o PROEB “(Aluna Luciana, 3º ano). Diante disso, a mesma solicitou no âmbito da pesquisa as informações sobre esta avaliação de modo que estas foram esclarecidas pela pesquisadora.

3.2 Resultados e Discussões

O segundo momento do estudo havia o intuito investigar a proficiência em leitura em âmbito estadual e local contendo os resultados do PROEB 2012 e 2013 das duas escolas envolvidas na pesquisa. Após realizar várias releituras e análises documentais obtiveram-se os resultados das duas escolas investigadas. Assim, constatou-se que a Escola Estadual Mário de Andrade, conforme demonstra o **QUAD. 2** que segue, apresentou no ano de 2012 a proficiência média em Língua Portuguesa no valor de (287,7) superando os índices da Superintendência Regional de Ensino (SRE), que na época tinha como meta (271,7). Em 2012 houve também por parte dessa escola um aumento em relação ao resultado geral da Rede Estadual de Minas Gerais (273,8), previsto para o mesmo período aferido. Diante desses dados da instituição, percebe-se um aumento do resultado da Escola Mário de Andrade em relação ao da SRE bem como ao valor do Estado, demonstrando, portanto, que a instituição de ensino, não só alcançou, como também ultrapassou as metas definidas pelo Acordo de Resultados determinado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Segundo o Boletim Pedagógico, na ocasião previa-se a participação de 203 alunos, contudo, 163 compareceram, o equivalente a (80,3%) do percentual estimado.

No que diz respeito ao percentual por padrão de desempenho, revelou-se que (15,9%) dos alunos encontram-se no nível baixo, outros (49,2%) correspondem ao nível intermediário e (34,8%) alcançaram o nível recomendado. Pelo resultado, fica evidente que houve redução do nível baixo e aumento significativo nos dois últimos níveis em relação ao ano de 2011. É importante ressaltar que no ano anterior a escola também havia superado as metas tanto do Estado, quanto as da SRE, acordadas no Plano de Metas do Acordo de Resultados determinado pela SEE/MG.

QUADRO 2

PROFICIÊNCIA EM LEITURA NA E.E. MÁRIO DE ANDRADE

ANO	ESCOLA	SRE	MINAS GERAIS	Porcentagem por padrão de desempenho		
				Baixo (até 300)	Intermediário (300 – 375)	Recomendável (acima de 375)
2011	279,8	269,9	271,4	26,0	41,5	32,5

2012	287,7	271,5	273,8	15,9	49,2	34,8
2013	294,4	283,7	280,6	12,2	39,1	48,7

Fonte: Dados do PROEB/SIMAVE

Quanto aos resultados de 2013, verificou-se um considerável aumento em relação ao ano anterior de forma que a escola conseguiu alcançar as metas acordadas, superando os resultados tanto da SRE (283,7), como também o do Estado de Minas Gerais (280,6). Com relação ao percentual de padrão de desempenho, evidenciou-se que (12,2%) dos alunos encontram-se no nível baixo, (39,1%) no nível intermediário e (48,7%) alcançaram o último nível, o recomendado. Além disso, identificou-se uma redução no primeiro nível e aumento bastante considerável nos dois últimos níveis. De acordo com o Boletim Pedagógico, na ocasião estava prevista a participação 153 alunos, no entanto, 116 compareceram, o equivalente a (75,8%) do percentual estimado.

O **QUAD. 3** que segue apresenta os resultados 2012 e 2013 da Escola Estadual José de Alencar. Com ele é possível ter uma visão geral dos dados que foram analisados, conforme é demonstrado a seguir.

QUADRO 3

PROFICIÊNCIA EM LEITURA NA E.E. JOSÉ DE ALENCAR

ANO	ESCOLA	SRE	MINAS GERAIS	Porcentagem por padrão de desempenho		
				Baixo (até 300)	Intermediário (300 – 375)	Recomendável (acima de 375)
2011	282,9	269,9	271,4	15,6	50,0	34,4
2012	259,4	271,5	273,8	43,3	43,3	13,3
2013	298,1	283,7	280,6	12,0	42,0	46,0

Fonte: Dados do PROEB/SIMAVE

Ao analisar os resultados da Escola Estadual José de Alencar, evidenciou-se que no ano de 2012 a proficiência média da escola em Língua Portuguesa foi de (259,4) valor que representou uma redução de (8,3%) em relação ao ano de 2011, ficando com índices menores que o da SRE (271,5), bem como o do Estado de Minas Gerais (273,8). Diante desses dados, identificou-se uma queda no resultado da Escola José de Alencar, representando uma redução significativa em relação ao resultado da SRE e ao valor do Estado, demonstrando, portanto, que a escola não alcançou as metas definidas pelo Plano de Metas do Acordo de Resultados determinado pela SEE/MG. Conforme o Boletim

Pedagógico previa-se a participação de 41 alunos, todavia, 30 compareceram ao exame, representando (73,2%) do total de alunos do 3º ano.

Quanto ao percentual por padrão de desempenho, revelou-se que (43,3%) dos alunos encontravam-se no nível baixo, outros (43,3%) no nível intermediário e (13,3%) estavam no nível recomendado. Pelo resultado, fica evidente que houve aumento nos dois primeiros níveis e uma redução significativa no nível recomendado em relação ao ano de 2011. Convém ressaltar que no ano de 2011 a escola também havia ultrapassado as metas acordadas no Plano de Metas do Acordo de Resultados determinado pela SEE/MG, superando o resultado tanto do Estado, quanto o da SRE.

No que concerne aos resultados de 2013, verificou-se um considerável aumento em relação ao ano de 2012. A escola ficou com a média (298,1) e conseguiu alcançar as metas acordadas, superando os resultados da SRE (283,7) e o do Estado de Minas Gerais (280,6). De acordo com o Boletim Pedagógico, previa-se a participação de 58 alunos, todavia, 50 compareceram no dia da avaliação, representando (86,2%) do total de alunos estimados da escola.

Com relação ao percentual de padrão de desempenho, evidenciou-se que (12%) dos alunos encontram-se no nível baixo, (42%) no nível intermediário e (46%) alcançaram o nível recomendado. Os dados evidenciaram que em relação ao ano de 2012, houve um aumento bastante significativo nos níveis intermediário e recomendado, além da redução no nível baixo. Diante disso, fica uma interrogação: o que foi feito por parte da escola para que os resultados do ano de 2013 apresentassem um aumento relativamente superior aos que foram acordados pela SRE e pelo Estado de Minas Gerais?

Para responder a esse questionamento, recorreu-se às entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa. E, nesse contexto, os professores relataram o seguinte:

Eu lembro que na época, o que a gente encontrou de explicação mais ou menos, foi a questão da greve que influenciou esse resultado de 2012. A gente teve muitos alunos que evadiram da escola, não retornaram, principalmente no Ensino Médio. A gente teve um crescimento bacana, e quando chegou em 2012...[...]. Então, se eu me recordo muito bem, acho que era isso que eu lembro na época em termo de justificativa. (Pedagoga Carla, E.E. José de Alencar)

A gente teve alguns problemas tipo,... é... aquelas imposições. Não imposição, mas o sistema querer que sejam aprovados tantos por centos [...]. Esse sistema muitas vezes impõe algumas situações para a gente, que aí foge ao nosso controle. Então, muitas vezes são aprovados alunos que a gente sabe que não tem condição, entendeu. Só que por conta dessa sazonalidade, da gente ter por exemplo, esse ano, o do ano passado não foi bom, entendeu. Eu acredito mais na capacidade, no comprometimento deles do que da gente. Sabe, eu atribuo mais a eles. Então, nós tivemos aqui algumas dessas questões de... de safras, de turmas realmente muito comprometidas e de turmas que parece que se

arrastaram até o 3º ano, e já vieram defasadas do Ensino Fundamental. (Profa. Malu, E.E. José de Alencar)

Ainda justificando o resultado, a respondente diz que há outros problemas que interferem nos resultados. E, um deles é a infrequência dos alunos que chegam a se ausentarem por mais de 4 dias sem ao menos comunicarem à escola o real motivo da falta. Segundo a mesma, quando isso é percebido por ela, imediatamente procura à coordenação para comunicá-la sobre tal acontecimento. Logo, a especialista responsável se prontifica a ligar para a casa do aluno, verificando, assim, o provável motivo da infrequência, se é por causa de doença, ou não. O outro problema diz respeito à greve do ano anterior. Para a entrevistada, a greve de 2011 refletiu no resultado de 2012, e, em razão disso, ela afirmou o seguinte: *“por mais que a gente tentasse reverter essa situação, de certa forma isso influência no aprendizado, no curso normal das coisas. Então, eu acredito que isso possa ter acontecido sim”*. (Profa. Malu, E.E. José de Alencar).

Além disso, outro participante para justificar os resultados, afirma que alguns alunos não se dão o trabalho de ler a avaliação adequadamente, e que não há por parte deles um comprometimento ao fazê-la. Segundo o participante, o professor entrega a avaliação, cobra a leitura, no entanto, alguns alunos para ficarem *“livres daquilo rápido”*, fazem e entregam a prova sem o menor cuidado, isso tudo porque querem *“ir para casa, ou fazer qualquer coisa”*. (Prof. João Pedro, E.E. José de Alencar).

Na visão dos participantes da Escola Mário de Andrade os resultados do PROEB de 2011, 2012 e 2013, não foram melhores por alguns problemas que ocorrem há anos. E, isso é justificado por causa da época em que a avaliação é aplicada, ou seja, logo depois da prova do ENEM. Os professores alegam que os alunos estão cansados de tal modo, e que isso interfere nos resultados da avaliação do PROEB, conforme o depoimento que segue:

Depois do Enem, final de ano, os alunos não dão atenção a essa prova. Então, muitos chutam, é... é... não levam a sério a prova. Então, eles não fazem bem, não têm aquela responsabilidade de fazer realmente, chutam e não levam a sério. E, com isso, prejudica a escola. Eu acho que deveria ser em outra época. Deveria ser antes do ENEM. A época é terrível! Eu tive turmas aqui excelentes, de afundar naquela prova, porque ninguém está nem aí. E eles falaram mesmo: Ah, eu não vou ficar perdendo o meu tempo não! Eu não quero fazer não! Isso não vale nada, não vale nota, não vale nada e não vai fazer diferença nenhuma. Nós estamos cansados! Eles mesmos falam. A gente constrói isso o ano inteiro, mas isso é muito difícil. (Profa. Célia, E. E. Mário de Andrade)

A fim de reverter essa situação, e, principalmente, garantir melhores resultados do PROEB nos anos posteriores, os participantes das duas escolas revelaram as suas preocupações, bem como as ações adotadas nas escolas para alcançarem tal objetivo. E, nesse sentido, os respondentes da Escola José de Alencar disseram que os professores se

reuniram, diagnosticaram a real situação dos alunos e começaram a trabalhar de uma forma diferenciada, abordando mais a prova e o processo avaliativo, de tal modo que todos utilizavam um mesmo discurso sobre o assunto dentro da sala de aula. De acordo com os professores, além disso, adotou-se trabalhos mais dinâmicos com a participação ativa dos alunos.

Na Escola Mário de Andrade, os professores afirmaram que quando tiveram acesso aos resultados da escola, eles discutiram as ações que seriam realizadas mediante esses resultados, bem como as atividades que seriam trabalhadas dentro da sala. No, entanto, os docentes afirmam que precisam de mais encontros na escola para que possam trocar experiência, ter capacitação e, sobretudo, formular e ou preparar as questões/atividades com vistas à melhoria dos resultados das avaliações.

4 Considerações Finais

O presente estudo se propôs a apresentar os resultados do PROEB de 2012 e 2013 de duas escolas públicas de Minas Gerais, para tanto, utilizou-se de dados de pesquisa contemporânea realizada no âmbito da sala de aula de Língua Portuguesa. Os dados evidenciaram as condições socioeconômicas dos alunos, bem como as suas práticas letradas e avaliativas no contexto das escolas. Além disso, buscou-se analisar os resultados das avaliações do PROEB das escolas envolvidas na pesquisa, e evidenciaram-se os níveis diferenciados de proficiências em leitura dos alunos do Ensino Médio.

Outro ponto relevante na pesquisa foi as formas pelas quais as informações sobre as avaliações externas chegam aos alunos e professores. Verificou-se pelas informações adquiridas nos questionários e entrevistas que ainda são poucas ou insuficientes às informações que chegam aos alunos e professores acerca da relevância das avaliações externas, e, em razão disso, muitos alunos não se comprometem em fazer a prova com responsabilidade, prejudicando, sobretudo, os resultados das escolas

Para tanto, acredita-se na necessidade de investimento em ações docentes, formação e orientação sobre o real objetivo das avaliações externas, inclusive a do PROEB, de modo que os professores possam proporcionar na sala de aula, momentos de discussões com seus alunos sobre a relevância dessas avaliações, bem como os seus objetivos. Gomes (2014) afirma que essas avaliações possuem pistas importantes sobre o ensino-aprendizagem de modo que professores e gestores possam fomentar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, e, os alunos precisam saber disso. É fundamental esclarecer, também, que é por esse motivo, que os discentes são aferidos, proporcionando-lhes informações sobre o verdadeiro papel da avaliação externa, como é o caso da avaliação do PROEB.

Através dos resultados dessa avaliação é possível detectar as deficiências de aprendizagem, bem como as habilidades ou capacidades de letramentos dos alunos. E, na perspectiva de alcançar melhores resultados, é essencial fomentar ações docentes no sentido de promover melhorias no ensino-aprendizado, inclusive de Língua Portuguesa. Portanto, acredita-se que “é importante que os professores problematizem a sua prática na direção de uma avaliação formativa, originada de dentro da escola, de modo democrático” (TEIXEIRA; GOMES, 2015, p. 380). Afinal, cabe ao professor

o papel mediador, durante a prática pedagógica nas aulas de leitura, capacitando e, sobretudo, possibilitando o conhecimento de diversos gêneros discursivos escritos, além do contato dos alunos com as avaliações externas. Colaborando assim, para melhores resultados, e, principalmente, para o pleno desenvolvimento da cidadania, bem como para o processo educacional desse cidadão, proporcionando-lhe o pleno direito à educação.

Referências

BONAMINO, A. Algumas reflexões sobre as iniciativas internacionais de avaliação da educação. In: *Educação em debate*. CANDAU, V.M; SACAVINO, S.B. (Org.), 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BONAMINO, A. Avaliação educacional no Brasil 25 anos depois: onde estamos? In: BAUER, A; GATTI, B. A. *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. V. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Nota Explicativa – Resultados Prova Brasil, 2013.

CASTRO, M.H.G. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <www.scielo.br>. Acesso em: 13 de abril de 2014.

GATTI, B. A. Possibilidades e Fundamentos de Avaliações em Larga Escala: Primórdios e Perspectivas. In: BAUER, A; GATTI, B. A; TAVARES, M. A. *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. V. 1. Florianópolis: Insular, 2013.

GOMES, S. S. *Um Olhar sobre as Práticas de Avaliação na Escola*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

GOMES, S. S. Políticas de avaliação externa e interna desafios e perspectiva. In: GOMES, S.S; QUARESMA, A. D (Org.): *Políticas e Práticas na Educação Básica e Superior: Desafios da Contemporaneidade*. 1 ed. Belo Horizonte : Fino Traço, 2015, v.1, p. 347-360.

JEFFREY, D. C. O monitoramento da educação básica na esfera estadual: o caso paulista. In: GRANVILLE, M. A. (Org.). *Currículos, sistema de avaliação e práticas educativas: da escola básica à universidade*. Campinas, SP: Papiros, 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Boletim Pedagógico de Avaliação da Educação: SIMAVE/PROEB – 2008 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 2 (jan./dez. 2008), Juiz de Fora, 2008 – Anual.*

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave), PROEB. *Revista Pedagógica – Língua Portuguesa, 3º ano do Ensino Médio, Juiz de Fora, v. 1, jan./dez. 2012.* Disponível em: < http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2013/07/PROEB_LP_3EM_2012.pdf> Acesso em 17 de jun. de 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (Simave), PROEB. *Revista Pedagógica – Língua Portuguesa, 3º ano do Ensino Médio, Juiz de Fora, v. 1, jan./dez. 2013.* Disponível em< <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/07/PROEB-RP-LP-3EM-WEB.pdf>> Acesso em 17 de jun. de 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. PROEB – 2014/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2014), Juiz de Fora, 2014 – Anual. Conteúdo: *Revista Pedagógica - Língua Portuguesa - 3º ano do Ensino Médio.* Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/06/MG-PROEB-2014-RP-LP-3EM-WEB.pdf>> Acesso em 16 de out. de 2015.

SAUL, A.M. Referenciais freirianos para a prática da avaliação: apontamentos. In: *Educação em debate*. CANDAU, V.M; SACAVINO, S.B. (Org.), 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

TEIXEIRA, A; GOMES, S. S. Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) em Minas Gerais: Um Estudo da Proficiência Leitora no Ensino Médio. In: GOMES, S.S; QUARESMA, A. D (Org.): *Políticas e Práticas na Educação Básica e Superior: Desafios da Contemporaneidade*. 1 ed. Belo Horizonte : Fino Traço, 2015, v.1, p. 363- 382.